

DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INDICADO PELA CADEIA DE ANGRA CAUSA INSATISFAÇÃO NO HOSPITAL DA TERCEIRA

## Guardas prisionais de plantão geram desconforto na Obstetrícia



As medidas de segurança aplicadas pelo Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo durante o internamento de uma reclusa para realização de uma cesariana no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira geraram desconforto junto de utentes e profissionais do serviço de Obstetrícia. Foram destacados dois guardas prisionais para acompanhar a reclusa, que se mantiveram à porta do serviço e no corredor, com acesso ao quarto da mesma.

As fontes que levaram o caso ao DI defendem que a privacidade necessária naquele serviço ficou comprometida, bem como a da própria reclusa. Existe também informação que aponta no sentido de não ter existido diálogo institucional entre a cadeia e o hospital na definição das medidas de segurança aplicadas à situação.

Contudo, o diretor do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo, Alexandre Bettencourt, garante que foi cumprida a lei e feita a articulação com a unidade de saúde. "No próprio dia em que a senhora foi internada, um dos elementos mais graduados que temos ligou para o serviço (de Obstetrícia) e contactou com a enfermeira responsável, que, por sua vez, falou com a diretora de serviço e ficou assente que ficaria um guarda no hall com acesso ao quarto. No outro dia, pela manhã, esse elemento voltou lá e reuniu com a diretora de serviço e com um outro médico e ficou determinado como seria garantida a segurança naquela situação", relata, garantindo que, em momento algum, foi expressa oposição clara à presença dos guardas.

De acordo com Alexandre Bettencourt o procedimento adotado pelo estabelecimento prisional neste internamento é prática corrente há quase uma década. "Fazemos o acompanhamento de acordo com as orientações que temos e os reclusos têm de estar sempre à nossa guarda. Não nos podemos colocar a 500 metros. Está definido que as saídas ao exterior têm sempre de ser escoltadas", afirma.

Frisa que um dos guardas, um elemento feminino, foi colocado no corredor com acesso ao quarto, sendo a sua presença no quarto muitas vezes pedida pela própria reclusa.

"Tivemos em conta a situação específica. Um dos procedimentos que quase sempre são adotados é o recluso ser algemado na deslocação, o que não aconteceu", exemplificou.

Também a administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira assegura que foi cumprida a lei e que houve articulação. "A paciente foi admitida no dia 21 de setembro, com uma cesariana programada a 22. Foi entregue ao hospital, no dia 21, a guia normal para estas situações, que está em nossa posse", avançou a presidente do conselho de administração, Paula Moniz, que frisa que a reclusa foi recebida pelo hospital "como qualquer utente do Serviço Regional de Saúde". A responsável refere que foi destinado um quarto à reclusa, com vista à salvaguarda da privacidade.

### Legislação pouco específica sobre características dos dispositivos de segurança

## O que diz a lei

O Hospital da Ilha Terceira garante ter cumprido, no caso que está no centro desta notícia, a Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro, que determina que a vigilância das reclusas grávidas internadas "é garantida pelos serviços prisionais", mas não especifica como.

O internamento hospitalar, em termos legais, inscreve-se no regime das transferências precárias, cujas condições que devem ser observadas estão previstas no decreto-lei n.º 51/2011 de 11 de Abril. Na lei, está determinado que o estabelecimento prisional de origem emite guia de transferência, que acompanha o recluso, da qual deve constar entre outras coisas "os meios e procedimentos de segurança aplicados".

"O recluso permanece algemado durante o percurso, podendo o diretor do estabelecimento prisional dispensar a aplicação das algemas, por despacho fundamentado", especifica ainda o decreto-lei.

Já o artigo 30.º/5 da Constituição deixa claro que "os condenados a quem sejam aplicadas pena ou medida de segurança privativas da liberdade

mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respetiva execução".

**Região** Visualizações: 98 Comentários: 0

25.SET.2015